

Notas e informações

O círculo de ferro

Os defensores das posições do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs e do Cimi pensarão duas vezes antes de dizer que o ministro Paulo Brossard está a serviço de capitais alienígenas, ou que pretende exterminar os índios brasileiros, pelo fato de se exa. discutir a chamada "emenda austríaca" e denunciar o sentido desagregador que tem a emenda popular que o Cimi e outras duas entidades encaminharam com milhares de assinaturas à Assembléia Nacional Constituinte.

A posição do ministro da Justiça — que antes de sê-lo foi firme opositor do regime consagrado com o AI-5 e é eminente constitucionalista — não permite lugar a dúvidas: o Cimi, com sua emenda, "a pretexto de defender os índios, pretende que o Brasil deixe de ser uma nação, como é, para ser uma plurinacionalidade, constituindo cada tribo uma nação, cada parcela com direitos, pelo menos implícitos, ao autogoverno, ou seja, consagrando a semente da segregação nacional". Medida que, efetivada, acrescentamos nós, atentaria contra valor jurídico tutelado por inúmeras leis — afora a consciência nacional —, qual seja a *integridade territorial e a soberania nacional*. Se é essa a conclusão lógica das palavras do ministro da Justiça, é estranho que o Executivo esteja à espera não se sabe do que para, simbolicamente que seja, demonstrar que pretende garantir esses valores cuja defesa de certa forma resume a função básica do Estado em qualquer parte do mundo. Ou será que há, no Executivo, quem pense de maneira diversa?

O problema que suscitamos — não apenas o da interferência estrangeira em nossos destinos, mas o da aparente inércia do Executivo — tem sua razão de ser. É que a questão em tela tem tantos e tais aspectos que se não for vista em sua globalidade acabará se transformando numa equação de impossível solução. Para quem acompanha os passos da diplomacia brasileira e as preocupações que povoam os Estados-Maiores das três Armas, resulta evidente que o Projeto Calha Norte não se elaborou, como pretende o Cimi, para permitir a formulação de uma política indigenista específica para a área de fronteira, especial-

mente aquela limítrofe com a Venezuela, onde estão os yanomami. O problema indígena surgiu, no Projeto Calha Norte, como decorrência do estudo global da situação — como aliás fizemos questão de assinalar em uma de nossas reportagens, a qual mostrava a possibilidade de interesses não políticos, mas criminosos, poderem servir-se do abandono da região para ali criar bases de operação. Referimo-nos, obviamente, ao problema do narcotráfico, que é especificamente mencionado no estudo do Conselho de Segurança Nacional, tendo em vista a circunstância de naquela região brasileira existirem grandes extensões de epadu, cuja colheita e "seu refino preliminar e comercialização constituem atividades ilegais que estão no momento *vivificando* extensas áreas fronteiriças na Calha Norte". É preciso que a opinião pública atente para a palavra que grifamos: a plantação e o refino preliminar da coca brasileira está tornando a área de fronteira brasileira habitada por um sem-número de pessoas que vivem desse comércio não apenas ilegal como desagregador da solidariedade social e do sentimento de nacionalidade.

Este é um dado do problema: a subtração das áreas das chamadas nações indígenas do estrito controle do Estado brasileiro e o impedimento da plena colonização da Amazônia Legal apenas aumentarão a possibilidade da expansão do narcotráfico. Há outro aspecto, talvez mais grave, e que vem estreitamente ligado ao do tráfico de entorpecentes: essa ação ilegal nunca vem sozinha, como os exemplos de países limítrofes estão apontando. O narcotráfico é, hoje, uma das vias pelas quais se contrabandeam armas, que em alguns países suprem a guerrilha. Não nos façamos ilusões a esse respeito, nem queiramos agir como aves-tuzes: a imprensa brasileira de quando em quando noticia a entrada de guerrilheiros estrangeiros no território brasileiro, onde se vêm abastecer de alimentos de boca. Muitos agrupamentos guerrilheiros têm contato com grupos que vivem da cocaína — e não seria de estranhar se a droga for moeda de troca corrente nessas regiões inóspitas.

Há mais: ao narcotráfico e à guerrilha está sem dúvida alguma associado, em boa

parte, o contrabando do ouro garimpado por brancos e por índios na área de fronteira — e não apenas nela, diga-se a bem da verdade. Esses fatos obrigam o governo a resolver uma difícil equação em que entram o narcotráfico, a guerrilha estrangeira (que um dia poderá ser nacional) e o contrabando de ouro. Se a tudo isso se ligar a campanha do Cimi e seus associados para que as nações indígenas tenham sua autonomia fundada nas ligações com as sociedades pré-colombianas, e que suas áreas sejam demarcadas segundo o critério de sua reprodução cultural (que seria mais ou menos assim: por onde o índio passa, ele reproduz sua cultura), ter-se-á a extensão do problema com que o Executivo deve haver-se. Dizemos *deve*, na esperança de que as autoridades não deixem o círculo se fechar (nações indígenas com direito implícito ao autogoverno mais contrabando de ouro, mais narcotráfico, mais contrabando de armas) para então agir.

A questão não se limita à área dos yanomami, onde novos choques entre indígenas e garimpeiros trouxeram à luz com dramaticidade o problema do índio. Ela se estende por amplas áreas da Amazônia Legal — área de ação preferida daqueles que, para citar o ministro Paulo Brossard, estão com os olhos "menos voltados para o Evangelho do que para o subsolo nacional". Temos em mão — e para o fato alertamos as autoridades civis e militares — documento comprobatório de que índios estão contrabandeando armas em Rondônia, possivelmente ao amparo de funcionários da Funai. Esse documento é o mais simples e ao mesmo tempo o que melhor enseja providências imediatas das autoridades se querem evitar o pior: denúncia feita na Delegacia da Polícia Federal de Ji-Paraná, no dia 6 de agosto de 1987, na qual se esclarece, inclusive, que um índio pagou o frete do avião que fez o transporte das armas com cheque contra banco nacional.

Será preciso algo mais para que o Executivo se disponha a agir, ou trará ele esperar que se feche o círculo de ferro contra a integridade territorial e a soberania nacional?